



FUNDAÇÃO

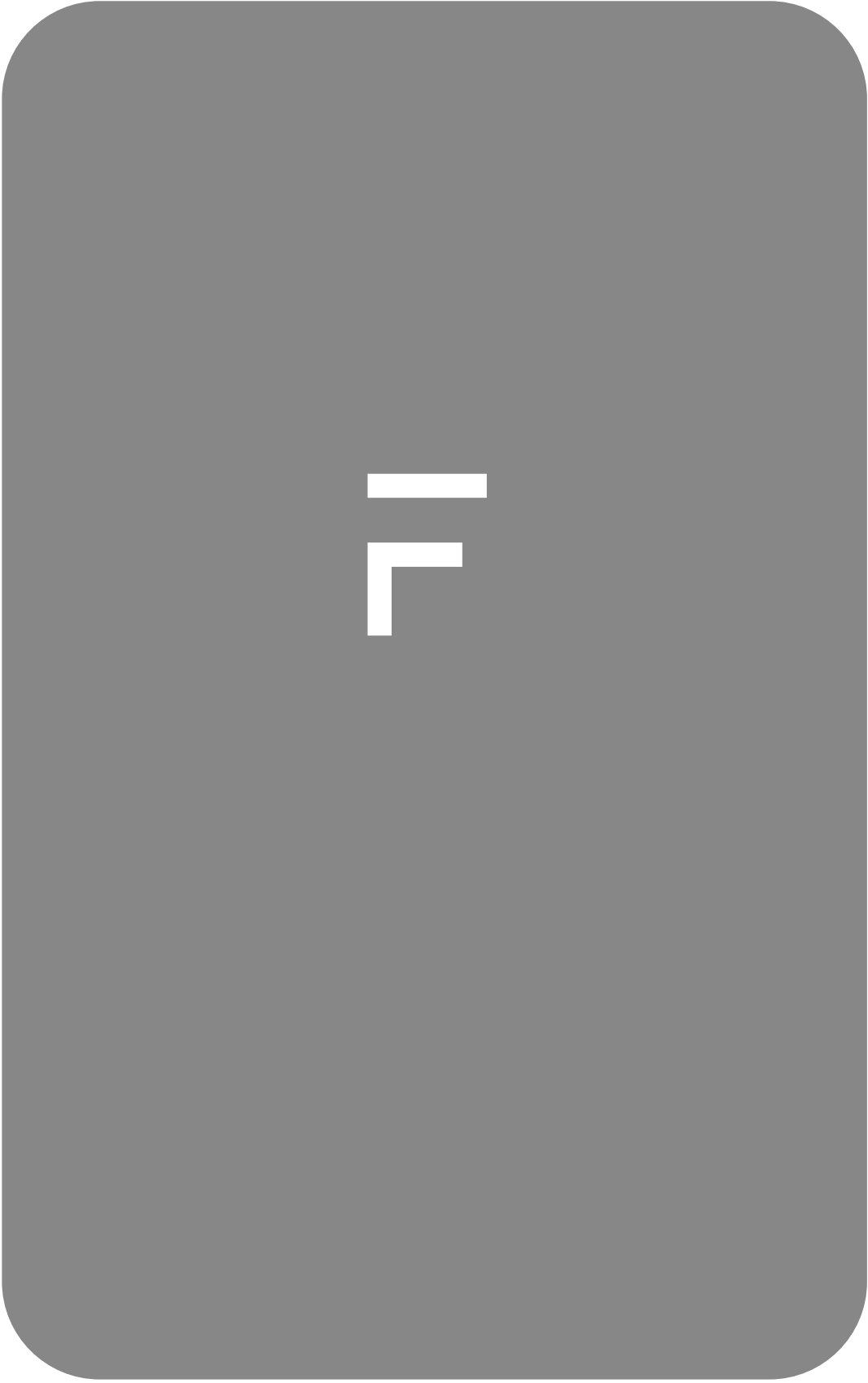
Armazenistas Mercearia

2 | Relatório
0 | de
2 |
3 | Gestão



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1 - Atividade Desenvolvida	
1.1 - Auxílio prestado a pessoas idosas e com dificuldades de subsistência.....	7
1.2 - Habitação condigna e de renda económica.....	8
1.3 - Auxílio a pessoas portadoras de deficiência.....	13
1.4 - Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social	15
1.5 - Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano.....	16
1.6 - Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória.....	18
1.7 - Novas Ações de Apoio	20
2 - Conservação do Património.....	26
3 - Contas do Exercício.....	39
3.1 - Resultado líquido do exercício comparativo 2022/2023.....	39
3.2 - Aplicação de recursos pelas principais áreas de intervenção comparativo 2022/2023.....	39
3.3 - Demonstrações financeiras.....	39
4 - Reuniões dos Corpos Gerentes.....	57
5 - Nota Final.....	57



INTRODUÇÃO

Em 2023, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia completou o seu sexagésimo quarto aniversário, período ao longo do qual tem contribuído, através do desenvolvimento da sua ação no campo da solidariedade social, para a melhoria das condições de vida de imensas famílias e de inúmeras pessoas cujas vicissitudes de causas diversas as fragilizaram perante a vida, privando-as nomeadamente dos meios necessários à sua subsistência.

Foi por esta razão que a Fundação foi criada no já longínquo ano de 1959, encontrando-se hoje, volvidos mais de sessenta anos, reconhecida como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatuto de utilidade pública, e como tal devidamente registada no livro de registos das instituições particulares da Segurança Social.

Ao longo da sua existência a Fundação tem passado por diversos constrangimentos, nomeadamente os de natureza financeira, na medida em que para desenvolver a sua atividade não conta com o apoio financeiro do estado, contando apenas com as suas próprias receitas. Se por um lado esta realidade repercute-se na sua relativa limitação de recursos, por outro não depende do Estado para realizar a sua ação e por inerência as inúmeras pessoas e famílias que ajuda também não se encontram dependentes daquele apoio, nem representa uma Fundação que constitui mais um peso na despesa do Estado, antes representando uma preciosa ajuda para este, através da ação desenvolvida nas mais diversas áreas de atuação.

Importa também realçar que nenhum elemento dos corpos sociais da Fundação auferem qualquer rendimento pago pela Fundação em razão do tempo pessoal que cada um dedica à Fundação, realizando o seu trabalho com todo o empenho e satisfação e totalmente gratuito, sem direito a qualquer contrapartida de natureza pecuniária ou de outra qualquer natureza.

Todos o fazem por uma genuína vontade de ajudar quem mais precisa e no mais elevado espírito de solidariedade social, na convicção que a ação desenvolvida pela Fundação ajuda a melhorar um pouco a vida de inúmeras famílias, cuja vida não lhe tem sido particularmente fácil.

É diversa a ajuda concedida pela Fundação, seja através do apoio às mais de uma centena de famílias que beneficiam de arrendamento económico e acessível nas cidades de Lisboa e Porto, seja através da ajuda alimentar prestada às famílias carenciadas que existem em Lisboa e no Porto, através do apoio concedido à Mercearia Social Valor Humano e do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória, respetivamente.

A Fundação apoia igualmente as atividades desenvolvidas pela ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro e a Comunidade Vida e Paz. Em face dos recursos disponíveis, consideramos extremamente valioso o contributo que a Fundação concede à sociedade no campo da solidariedade social com apenas um propósito, o de: **“apoiar quem mais precisa!”**

Em 2023, o produto interno bruto cresceu acima dos dois por cento (2,1%)¹, revelando um bom dinamismo face à evolução verificada nos últimos anos, apesar da quebra de cerca de 4,7% face ao crescimento do ano anterior. Ao nível das principais variáveis que compõem o PIB, destacamos um crescimento do Consumo (quer privado quer público) na ordem do um por cento, realçando-se um forte abrandamento do Consumo privado (superior a quatro por cento) face ao ano anterior.

No que concerne à evolução da procura interna, realça-se o facto de também esta ter apresentado um forte abrandamento, não chegando a um por cento em 2023.

Apesar de tudo, e de uma forma sumária, estes são os fatores positivos que refletem a evo-

¹ Banco de Portugal - Boletim Económico, Dezembro 2023

lução da economia ao longo de 2023. No entanto, nas áreas que influenciam diretamente a evolução do panorama social, constatamos, por uma análise mais atenta, que as condições de vida se agravaram significativamente e em especial para as famílias e pessoas mais vulneráveis. Senão vejamos: assistimos a um agravamento do flagelo do desemprego com o aumento de 6,5%² (+ 0,4% do verificado em 2022). Estes números representam a existência de 346.600 desempregados em 2023 (+ 27,5 mil desempregados face a 2022). No último trimestre do ano encontravam-se desempregadas mais de trezentas e cinquenta mil pessoas (354,6 mil).

Ao nível da inflação, embora se tenha assistido a um abrandamento em 2023 face ao ano anterior, esta foi superior a cinco por cento (IHPC 5,3%). Neste particular, assistimos a um agravamento dos preços dos bens alimentares em mais de nove por cento (9,2%), situação que motivou a implementação da medida **IVA Zero** como forma de mitigar a escalada dos preços dos bens alimentares num cabaz de produtos alimentares de primeira necessidade. Ao nível dos custos de energia, e apesar de ter havido em 2023 um forte ajustamento (uma quebra do crescimento dos preços dos bens energéticos próximo dos nove por cento quando comparado com o crescimento próximo dos vinte e quatro por cento em 2022), estes mantiveram-se ainda num patamar elevadíssimo.

O nível de endividamento dos particulares manteve-se num nível muito elevado – O montante de empréstimos concedidos em 2023 a particulares foi de 29.224 Milhões de euros, dos quais mais de setenta por cento respeitante a crédito à habitação (21.660 Milhões de euros)³.

No plano do arrendamento habitacional a situação agravou-se em 2023, onde se assistiu a um aumento enorme dos valores de renda. No terceiro trimestre de 2023, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto registaram taxas de variação homóloga superiores à observada no conjunto do país. Na área Metropolitana de Lisboa a renda mediana de novos contratos de habitação cresceu 12,5% (11,40€/m²), tendo-se verificado idêntico crescimento na Área Metropolitana do Porto, 12,4% (8,22€/m²)⁴.

A evolução económica sumariamente apresentada revela claramente a importância da atividade desenvolvida pela Fundação ao longo do ano, tanto mais se atendermos aos apoios que a Fundação tem prestado em áreas tão sensíveis como a habitação e alimentação, ajudando, por essa via, a mitigar os efeitos decorrentes do agravamento das condições do mercado de arrendamento habitacional, por um lado, e o crescimento da inflação dos produtos alimentares, ocorridos em 2023, por outro.

Ao longo do ano os corpos sociais reuniram por diversas vezes, sempre no mais elevado espírito de colaboração.

Por último, o Conselho de Administração agradece a todos os membros dos corpos sociais, toda a colaboração prestada ao longo do ano, a qual permitiu à Fundação cumprir com total êxito todos os objetivos propostos no seu plano de ação para 2023.

Apresentamos de seguida um breve resumo das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2023.

2 INE, Inquérito ao emprego – 4.º Trimestre de 2023

3 Pordata - Montantes de empréstimos concedidos a particulares 21/02/2024

4 INE – Estatísticas de rendas da habitação local, Destaque, 22 de Dezembro

1 – Atividade desenvolvida

1.1 – Auxílio prestado a pessoas idosas e com problemas de saúde e dificuldades de subsistência

Num contexto de agravamento da situação económica, nomeadamente pelo impacto negativo provocado nas famílias e pessoas de menores recursos, é fundamental prestar o maior apoio possível por forma a mitigar as dificuldades que vão surgindo nesses momentos de crise.

Existem diversas maneiras de realizar essa ação, desde contribuições financeiras e doações de bens, até ao envolvimento em atividades voluntárias em organizações humanitárias e programas de assistência social. Além disso, é fundamental que os governos garantam que as necessidades fundamentais das pessoas carenciadas possam ser supridas, o que nem sempre é possível nem totalmente alcançável.

Ao oferecer apoio às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade no decurso das crises, a sociedade não apenas ajuda a mitigar o sofrimento humano, como também fortalece a resiliência e a capacidade de recuperação das comunidades. Quando as pessoas têm acesso a recursos básicos, conseguem reconstruir as suas vidas e dessa forma revitalizar as suas comunidades.

A FAM tem-se empenhado fortemente a auxiliar pessoas em situação de necessidade nos momentos difíceis, visando garantir que ninguém seja deixado para trás. Através dessas iniciativas, procuramos promover a equidade, a justiça social e fortalecer a capacidade de resiliência e recuperação da nossa comunidade.

Esta é a filosofia que tem estado na base do trabalho desenvolvido pela FAM, especialmente durante crises como a pandemia, onde nos esforçámos por garantir que aqueles que ajudamos tenham acesso aos recursos básicos e possam viver com segurança e dignidade.

Em 2023, apesar do crescimento económico verificado, como já referimos, a economia apresentou ainda muitas debilidades que contribuíram para o agravamento das condições de vida de muitas famílias e pessoas, aumentando assim a sua exposição e vulnerabilidade a diversos fatores que condicionaram negativamente a sua vida, tais como o agravamento do valor das rendas habitacionais e dos preços dos bens alimentares de primeira necessidade, por um lado, e o aumento do desemprego, por outro.

A Fundação manteve-se focada em ajudar os idosos em dificuldades, especialmente por razões de natureza económica. Ao longo do ano, ajudámos um grupo de idosos de baixos rendimentos, concedendo-lhes um donativo monetário mensal de base regular.

Durante o ano, proporcionámos o referido apoio a um total de cinco pessoas. O montante total desse apoio atribuído ao longo do período foi de vinte e oito mil duzentos e quarenta euros. O Conselho de Administração da Fundação aspira a um dia ampliar o alcance desta importante medida de apoio, de modo a que mais pessoas possam vir a dele beneficiar, e assim viverem com a dignidade que todo o ser humano merece. Esta é uma medida crucial para apoiar aqueles que mais necessitam.

Tal alargamento dependerá da evolução futura das receitas da Fundação, as quais, como já se referiu, não provêm de qualquer apoio do estado ou de outras entidades.

1.2 – Habitação condigna e de renda económica

A habitação é reconhecida como um dos principais direitos humanos, pois proporciona um ambiente seguro e digno para que as pessoas possam viver com as suas famílias. Infelizmente, em muitos países, incluindo Portugal, a habitação de qualidade é ainda inacessível para inúmeras famílias de menores recursos, o que tem contribuído negativamente para o aumento da sua vulnerabilidade.

No contexto português, a habitação de renda económica desempenha um papel crucial para inúmeras famílias com baixos rendimentos, representando uma solução para o seu problema habitacional. Em Portugal, muitas famílias enfrentam uma pressão enorme no que respeita ao mercado de arrendamento e aos preços das rendas praticadas no mercado, especialmente em áreas urbanas como Lisboa ou Porto, onde os preços dos imóveis são muito elevados e naturalmente inacessíveis para as famílias de menores recursos.

A título de exemplo, e como já referimos, os valores medianos de rendas de novos contratos registaram uma taxa de variação homóloga na área metropolitana de Lisboa de 12,5% e de 12,4% na área metropolitana do Porto.

Extrapolando estes dados para as habitações que a Fundação disponibiliza às famílias de menores recursos, chegaríamos facilmente a valores medianos de renda no montante de 855 euros mensais para os apartamentos mais pequenos de Lisboa (com cerca de 75 m² de área) e de 518 euros para os apartamentos mais pequenos do Porto, valores incomparavelmente superiores aos valores praticados pela Fundação, onde atualmente a renda mais alta para um apartamento com 113,5 m² de área na zona de Alvalade em Lisboa é de quatrocentos euros mensais e no caso de um apartamento de 93,52 m² de área no Porto é de trezentos euros, embora a realidade do mercado demonstre cabalmente que não se encontram apartamentos por aqueles valores disponíveis para arrendamento nas cidades de Lisboa e Porto, bastando uma simples consulta dos anúncios referentes à oferta de arrendamento disponível para constatar essa dura realidade.

A habitação de renda económica desempenha, igualmente, um papel crucial na redução da pobreza e da exclusão social, permitindo que as famílias tenham acesso a habitação adequada e acessível, possibilitando uma economia para outras necessidades básicas, como alimentação, educação e saúde.

As habitações de renda económica, pertencentes à Fundação, representam um importante instrumento disponibilizado pela FAM para alcançar esses objetivos.

Durante os últimos anos, a Fundação tem mantido uma política de arrendamento acessível abrangendo todas as suas habitações em Lisboa e Porto. Diante das atuais circunstâncias, especialmente a elevada taxa de desemprego em Portugal e a escassez de oferta de arrendamento acessível, as habitações pertencentes ao património habitacional da FAM representam uma oportunidade crucial para as famílias de baixos rendimentos conseguirem aceder ao mercado de arrendamento habitacional.

Em 2023, a FAM atribuiu uma habitação no bairro de Alvalade, na cidade de Lisboa, e uma outra no Bairro de Ramalde, na cidade do Porto. Como habitualmente, todas estas atribuições de casa de renda económica foram efetivadas através de concurso público amplamente divulgado e aberto à população geral, bastando para o efeito preencher e remeter o respetivo boletim de inscrição para os serviços da Fundação.

Apresentamos de seguida, um breve resumo dos valores de rendas praticadas pela Fundação durante o ano de 2023, em função da tipologia das habitações que constituem o parque habitacional que, como já referimos, se encontra totalmente afeto à disponibilização de arrendamento cujo valor da renda é incomensuravelmente inferior aos valores praticados no mercado de arrendamento.

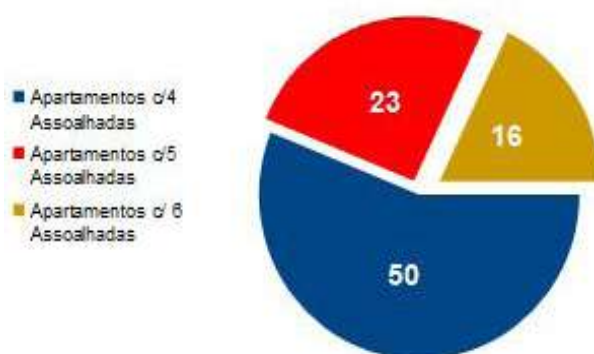
LISBOA:

Total – 89 apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Apartamentos c/ 4 Assoalhadas	5	13	32	50
Apartamentos c/5 Assoalhadas	5	2	16	23
Apartamentos c/6 Assoalhadas	0	0	16	16
Total	10	15	64	89

* Nota: A renda máxima praticada é de € 400,00

Tipologia de habitação



Rendas até € 25,00



Total de Rendas por Tipologia



PORTO:

Total – 57 habitações das quais 46 são moradias e 11 são apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Moradias c/ 2 Pisos	3	5	16	24
Moradias c/ 3 Pisos	11	0	11	22
Apartamentos c/ 3 Assoalhadas	2	2	7	11
Total	16	7	34	57

* Nota: A renda máxima praticada é de € 300,00

Tipologia de habitação



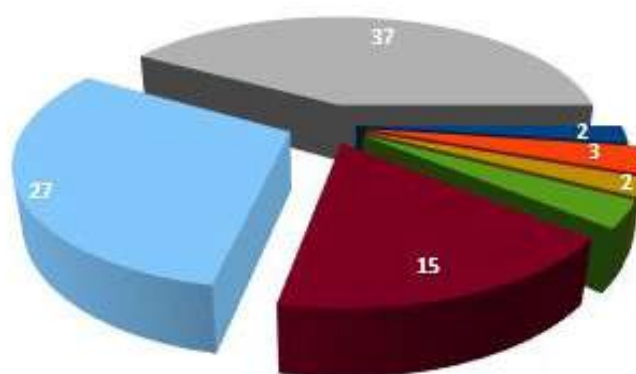
Rendas até € 25,00



Total de Rendas por Tipologia

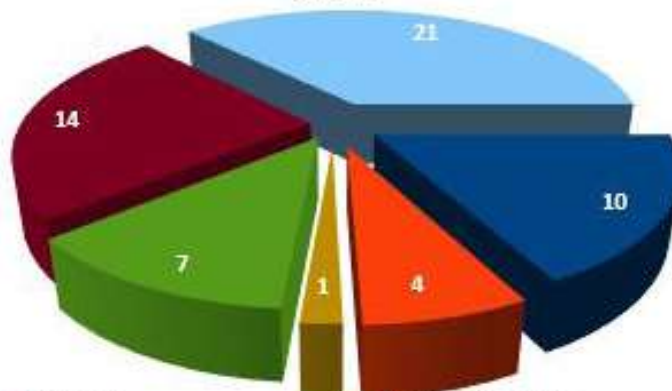


Lisboa



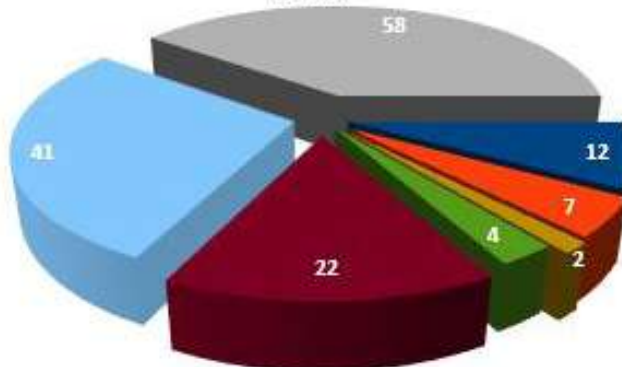
- Até € 2,00
- De € 3,01 a € 5,00
- De € 25,01 a € 100,00
- De € 2,01 a € 3,00
- De € 5,01 a € 25,00
- De € 100,01 a € 150,00

Porto



- Até € 2,00
- De € 5,01 a € 25,00
- De € 100,01 a € 150,00
- De € 2,01 a € 3,00
- De € 25,01 a € 100,00
- De € 150,01 a € 300,00

Geral



- Até € 2,00
- De € 3,01 a € 5,00
- De € 25,01 a € 100,00
- De € 150,01 a € 400,00
- De € 2,01 a € 3,00
- De € 5,01 a € 25,00
- De € 100,01 a € 150,00

Em Lisboa, cerca de 12% das rendas recebidas não ultrapassaram os 25€, enquanto no Porto essa percentagem era de 26,3%.

No entanto, cerca de 58% das rendas recebidas em Lisboa não ultrapassaram os 150€, enquanto no Porto essa percentagem foi superior a 63%. Já nos escalões seguintes, verificamos que em Lisboa, no intervalo entre os 150€ e dos 400€ (valor de renda máximo praticado em Lisboa), a percentagem do total das rendas recebidas era de 41,57%, enquanto no Porto, o escalão de renda entre os 150€ e os 300€ (valor de renda máximo praticado Porto) era de 36,84%.

Quando analisamos os dados gerais referentes à totalidade das rendas praticadas pela Fundação, no universo das habitações em Lisboa e no Porto, constatamos que o total das rendas praticadas até aos 25€ não ultrapassaram os 18%, sendo que até aos 150€ a percentagem é de 60,27%.

No último escalão – entre os 150€ e os 400€ - a percentagem é de apenas 39,72%.

Tal realidade é bem demonstrativa da enorme divergência existente entre as rendas praticadas pela Fundação no seu parque habitacional de renda económica e as rendas praticadas no mercado livre de arrendamento, situação ainda bem mais grave se atendermos aos custos atuais relacionados com todas as obras de conservação e manutenção envolvidos em qualquer parque habitacional, seja ele de que tipo for – mercado de renda livre ou de renda económica, como no caso do parque habitacional da Fundação - exigindo, por essa razão, um grande esforço por parte da Fundação na gestão dos seus recursos financeiros.

Tal desfasamento, entre receitas e despesas, condiciona-nos na execução das obras de conservação necessárias e que todos os anos gostaríamos de executar, tendo em conta os anos que já decorreram desde a edificação desse parque habitacional.

Apesar das dificuldades referidas, a Fundação realizou um vasto programa de recuperação de habitações como teremos oportunidade de passar em revista no ponto 2 – Conservação do Património – do presente relatório.

Continuamos firmemente convictos da necessidade de ir procedendo à atualização dos valores de renda praticados, através da aplicação de valores de renda aos novos contratos de arrendamento que permitam manter um equilíbrio entre o objetivo de continuar a facultar arrendamento económico e, não obstante esse objetivo, permitir a obtenção de receitas que permitam manter uma gestão cuidada do património habitacional de renda económica em termos de conservação, garantindo e proporcionando às famílias de menores recursos o acesso a habitação condigna.

Procuraremos assegurar o necessário equilíbrio entre renda praticada/condições de habitabilidade, que garantam plenas condições de habitabilidade à população mais vulnerável. Este equilíbrio partirá sempre do cariz do parque habitacional da Fundação, ou seja, continuar a praticar rendas económicas, tendo em conta quer a tipologia das habitações em causa, quer a sua localização - em pleno centro das cidades - em Lisboa e no Porto, e as necessidades de habitação das famílias mais vulneráveis.

Importa realçar que as atualizações dos valores de renda são apenas aplicáveis aos novos contratos de arrendamento e que, mesmo nestes casos, os novos valores de renda não têm ultrapassado os quatrocentos euros referentes às habitações **com seis assoalhadas**, situadas no bairro de Alvalade – Avenida Rio de Janeiro -, em pleno centro da cidade de Lisboa, nem nas habitações mais pequenas, **com três assoalhadas**, os duzentos euros. No caso das habitações localizadas no Porto, no bairro de Ramalde, o valor máximo de renda praticado é de trezentos euros.

1.3 – Auxílio a pessoas portadoras de deficiência

A colaboração prestada pela FAM ao CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (Instituição criada entre o IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas), nomeadamente a disponibilização a título gracioso das instalações situadas na Colónia Balnear da Aguda, tem permitido ao Centro, ao longo dos últimos anos, desenvolver um vasto trabalho no campo da reabilitação física, mental e social de indivíduos com limitações ou deficiências, desempenhando um papel vital na melhoria do bem-estar e na integração dessas pessoas na sociedade. Este trabalho abrange serviços que englobam áreas como fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, suporte social e educacional, cujo papel é fundamental para capacitar esses indivíduos a atingirem o seu potencial máximo e a desempenharem um papel ativo na comunidade.

A utilização das referidas instalações da Aguda pelo Centro centrou-se em torno de três eixos: alojamento de clientes; desenvolvimento de ações de formação profissional e atividades de formação e de dinamização do clima organizacional.

A. Alojamento

Foi assegurado o alojamento de clientes do Centro que dele necessitaram, viabilizando assim o acesso à frequência dos serviços de reabilitação. Entre janeiro e junho de 2023, usufruíram deste apoio cerca de 19 clientes do Centro.

B. Desenvolvimento de ações de formação profissional

Implementação das seguintes ações de formação a seguir descritas:

Ações de Formação Profissional	2021		2022		2023	
	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação
Operador de Jardinagem	8	3 798	-	-	-	-
Empregado de Andares	20	6 606	19	6 842	9	7 238
Formação para a Vida Ativa e Profissional	8	3 208	-	-	-	-
Profissional de apoio de manutenção, limpeza e jardins	13	2 453	13	12 663	13	5 769
Horticultura e arte floral	12	2 932	-	-	-	-
Horticultura	12	430	-	-	-	-
Culturas Hortícolas	-	-	14	3 163	15	2 738
Culturas Hortícolas – Processos e métodos	-	-	13	3 666	-	-
Horticultura e Frutícolas	-	-	14	3 937	-	-
Processos de cultura hortícola comestível	-	-	14	1 996	-	-
Primeiros socorros	-	-	11	375	-	-
Costura	-	-	6	436	-	-
Total	73	19 427	104	33 078	37	15 745

C. Atividades de formação e de dinamização do clima organizacional

- Organizar sessões de trabalho coletivas, envolvendo colaboradores do CRPG, no âmbito da formação permanente dos seus recursos humanos.
- Organizar sessões de trabalho no âmbito de projetos em parceria.

Pontualmente são ainda cedidos espaços para a realização de iniciativas de trabalho de organizações ou entidades sociais.

A atividade desenvolvida nas instalações da Aguda caracteriza-se ainda pelos seguintes indicadores e resultados:

DESCRIÇÃO	2021	2022	2023
Índice de satisfação - clientes da formação profissional (*)	85	92	86
Colaboradores a desenvolver atividade na Aguda	35	32	27
Em permanência	7	6	7
De forma pontual	28	26	20

(*) Medidos numa escala de 0 a 100

Principais resultados operacionais do Centro no último triénio

INDICADORES	2021	2022	2023
N.º de clientes atendidos	2 433	2 335	2 856
Volume de horas de formação	146 892	159 890	169 949
Taxa de inclusão ativa	69%	80%	76%
Grau de satisfação dos clientes (*)	89	88	89
N.º de colaboradores do Centro (31 dez.)	111	116	107

(*) Medidos numa escala de 0 a 100

Intervenções realizadas nas instalações

Em 2023 foram asseguradas as intervenções habituais e necessárias no âmbito da conservação corrente de equipamentos e instalações.

Foi ainda executada a seguinte intervenção de beneficiação do espaço: poda de 45 plátanos e limpeza de uma palmeira (serviços adquiridos a empresa externa com um custo de 3.720,00€, acrescido de IVA).

A utilização das instalações foi descontinuada, por parte do CRPG, a partir de junho de 2023, na medida em que este centro logrou concretizar um projeto, que estava para ser concretizado há muitos anos, referente ao desenvolvimento de toda a sua atividade numas únicas instalações, através da aquisição de novas instalações para o efeito.

Neste sentido, a Fundação acautelou o futuro daquelas instalações através do seu arrendamento a uma entidade que se propõe vir ali a desenvolver atividade no campo da formação, com alguma vertente social, garantindo-se, dessa forma, não só que este novo inquilino as-

suma doravante a manutenção e conservação das instalações, evitando a despesa que tal situação acarretaria para a FAM num manifesto quadro de escassez de disponibilidades financeiras, como também rentabilizar aquele património, proporcionando uma receita adicional através desse novo arrendamento, que lhe permitirá no futuro vir a ampliar e desenvolver a sua ação no campo da solidariedade social, num quadro de sustentabilidade financeira.

1.4 – Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social

• ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro

A Associação ACREDITAR é uma entidade sem fins lucrativos que tem como missão apoiar crianças e jovens com cancro e suas famílias. O seu propósito é de grande relevância, pois visa melhorar a qualidade de vida e fortalecer a resiliência dos jovens afetados pela doença, bem como de suas famílias.

Importa ter presente que esta associação oferece uma vasta gama de serviços de apoio emocional, social e educativo, incluindo atividades recreativas, terapêuticas e educacionais para as crianças e jovens com cancro, além de serviços de apoio aos seus familiares. Estes serviços desempenham um papel crucial no que concerne à minimização do impacto da doença na vida das pessoas afetados e das suas famílias.

Esta entidade proporciona um ambiente acolhedor para as crianças e jovens com cancro e suas famílias, onde são tratados com dignidade e respeito. Esta abordagem é particularmente relevante dado que muitas vezes enfrentam desafios como o isolamento social, a discriminação e o estigma.

Para que a Associação ACREDITAR continue a oferecer serviços essenciais às crianças e jovens com cancro e suas famílias, é crucial contar com o apoio da comunidade. Contribuições financeiras e doações de bens são fundamentais para garantir que a associação tenha os recursos necessários para continuar a operar e a proporcionar serviços de qualidade.

Concluindo, o trabalho realizado pela Associação ACREDITAR é crucial para promover a qualidade de vida e a resiliência das crianças e jovens com cancro e suas famílias. É vital que a comunidade apoie esta causa, especialmente através de contribuições financeiras, para assegurar que a associação possa continuar a oferecer serviços essenciais e proporcionar esperança e tranquilidade às pessoas afetadas pela doença.

Reconhecendo a importância deste trabalho, a Fundação decidiu manter o apoio à Associação ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, atribuindo-lhe um donativo monetário no valor de cinco mil euros (€ 5.000,00) em 2023.

• Comunidade Vida e Paz

A Comunidade Vida e Paz é uma organização sem fins lucrativos que tem como desígnio auxiliar indivíduos em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social. O trabalho realizado por esta organização contribui para o melhoramento da qualidade de vida e dignidade das pessoas que enfrentam inúmeros desafios.

Esta entidade presta uma variedade de serviços de apoio social, incluindo distribuição de alimentos, cuidados de higiene pessoal, fornecimento de vestuário, acompanhamento psicológico, encaminhamento para serviços de saúde e emprego, entre outros. Estes serviços são fundamentais para ajudar as pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social a melhorar a sua condição e reintegrar-se na sociedade.

Importa também relevar o trabalho desenvolvido no acolhimento, feito num ambiente seguro e acolhedor das pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social, onde estas são tratadas com respeito e dignidade. Esta abordagem é particularmente relevante, pois estas pessoas enfrentam frequentemente estigmas e discriminação na sociedade.

Para que esta entidade continue a prestar apoio às pessoas que se encontram em qualquer uma das situações referidas, é crucial obter o apoio da comunidade. Doações de bens ou monetárias são cruciais para garantir os recursos necessários que lhe permitam continuar a desenvolver a sua ação junto de quem mais precisa.

Pelas razões mencionadas, a Fundação considera de enorme valia social o trabalho que a Comunidade Vida e Paz vem desenvolvendo junto da comunidade, nomeadamente ajudando a melhorar a qualidade de vida e a dignidade das pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social. É por essa razão fundamental que a comunidade continue a apoiar esta organização, através de doações de bens e de dinheiro, bem como através de voluntariado, para que se possa melhorar a condição de vida destas pessoas, procurando a sua reintegração na sociedade.

Neste contexto, a Fundação associou-se ao esforço desenvolvido por diversas entidades junto desta benemérita instituição, atribuindo-lhe um donativo monetário no valor de setecentos e cinquenta euros (€ 750,00).

1.5 – Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano

A Mercearia Social Valor Humano é uma organização sem fins lucrativos que tem como propósito ajudar famílias carenciadas a superar as dificuldades financeiras e a ter acesso a bens essenciais. Localizada na Calçada Moinho de Vento, n.º 3, 1169-114 em Lisboa, esta organização é capaz de prestar um importante serviço à comunidade e melhorar a qualidade de vida de centenas de famílias.

Neste local, as famílias carênciadas da freguesia de St. António podem abastecer-se dos mais elementares produtos de mercearia, nomeadamente produtos alimentares, produtos de higiene e limpeza, e outros bens essenciais, num espaço em tudo idêntico a um supermercado, onde têm liberdade para escolher os produtos de que mais necessitam, de acordo com o *plafond* previamente atribuído pelos técnicos de apoio social da Junta de Freguesia, valorizando, desta forma, a sua condição humana.

Em 2023, a Fundação decidiu manter o apoio financeiro de seiscentos euros (€ 600,00) mensais que tem prestado à Mercearia, assim como dinamizar ações junto das empresas de distribuição alimentar independente, as quais analisaremos mais em detalhe no ponto 1.7 deste relatório, resultando na doação de géneros alimentícios, bebidas, artigos de higiene, conservação e limpeza, permitindo à Mercearia Social Valor Humano, não só manter o nível de stock nas prateleiras, mas também aumentar a diversidade de produtos, de forma a ir ao encontro das necessidades de uma população, que em face da situação social e económica que vivemos, é cada vez mais heterogénea e multicultural.

A Fundação, que tem procurado acompanhar e apoiar a atividade da Mercearia Social, reconhe-



ce igual relevância ao serviço de acompanhamento e apoio social que este projeto desenvolvido pela Junta de Freguesia de Santo António em Lisboa presta na área do aconselhamento financeiro e orientação sobre como melhor gerir o seu orçamento familiar, como forma de prevenção e pedagogia para ajudar as famílias a sair da situação de pobreza e a construir um futuro mais próspero.

À semelhança de outros projetos de solidariedade, a manutenção da atividade da Mercaria Social Valor Humano só é possível graças às parcerias estabelecidas que, através da recolha e doações de alimentos e outros bens essenciais, conseguem garantir um abastecimento constante de produtos, permitindo que as oitocentas e setenta famílias carenciadas apoiadas durante o ano de 2023 tivessem acesso a bens de qualidade, que de outra forma não seria possível.



O decréscimo de cinquenta famílias necessitadas que recorriam ao apoio da Mercaria Social face ao ano de 2022 é justificado por diversos fatores, como o aumento do número de óbitos da população mais idosa residente na freguesia ou o êxodo de famílias apanhadas no turbilhão do aumento exponencial das rendas

praticadas no mercado de arrendamento, em particular na área de influência da atividade promovida pela Mercaria Social Valor Humano.

Gostaríamos antes que a redução das pessoas auxiliadas pela Mercaria encontrasse outra justificação, nomeadamente a melhoria das condições de vida, e não as razões referidas.



1.6 – Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

A Fundação, através do protocolo de colaboração que estabeleceu com o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (CSPNSV), em trinta de novembro de 2018, tem vindo, desde essa data, a apoiar a ação por este desenvolvida, respondendo às dificuldades das famílias residentes no Centro Histórico do Porto, em especial crianças, adultos e idosos, que viviam, e ainda vivem, em situação de pobreza ou exclusão.

Em 2023, a Fundação contribui com cerca de seiscentos euros mensais para o CSPNSV e, fruto da generosidade dos empresários do setor, em concreto da rede de lojas Aqui é Fresco, foram doadas refeições provenientes de eventos realizados pela aludida empresa, aumentando, em géneros alimentícios, a oferta ao CSPNSV durante o ano em análise.

O CSPNSV - Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve um elevado número de atividades em prol da comunidade local, residente na zona histórica da cidade do Porto, e cujas carências são sentidas, como daremos destaque infra, nas mais diversas áreas.

Fundado em 1987, com o objetivo promover o bem-estar social, cultural e educativo dos seus utentes, bem como desenvolver ações de solidariedade e de apoio aos mais necessitados, o Centro tem hoje, como uma das principais atividades desenvolvidas, a prestação de serviços de apoio domiciliário a idosos e doentes crónicos, onde se inclui a entrega de refeições ao domicílio, cuidados de higiene pessoal e da casa, acompanhamento psicológico e social, entre outros, garantindo que estes tenham acesso a cuidados básicos de saúde e higiene.

À população mais jovem, o CSPNSV presta serviços de apoio à infância e à juventude, através da creche e do jardim-de-infância, garantido que as crianças tenham acesso a cuidados básicos de saúde, alimentação e educação, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Salientamos que, a par das atividades desenvolvidas dentro de portas, o CSPNSV desenvolve outras atividades de solidariedade, nomeadamente a distribuição de alimentos e bens de primeira necessidade a famílias carenciadas, e a promoção de campanhas de angariação de fundos para apoiar projetos sociais locais.

O Centro promove, igualmente, atividades de carácter cultural e educativo, tais como workshops, palestras e atividades recreativas para os utentes e para a comunidade em geral. Estas atividades têm como objetivo estimular o convívio entre os participantes e promover a aprendizagem de novas competências e conhecimentos.

Através de um leque alargado de atividades, esta organização contribui para a melhoria das condições de vida de várias dezenas de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, bem como para a promoção da cultura, da educação e do convívio entre a população, conforme a lista de respostas sociais que passamos a descrever:

- Creche (15 crianças)
- Jardim de Infância (22 crianças)
- Centros de Atividades de Extensão de Horário e Interrupções Lectivas (25 crianças)
- CATL c/ Funcionamento Clássico (40 adolescentes e jovens)
- Centro de Dia (25 séniores)
- Serviço de Apoio Domiciliário (20 agregados)
- ERPI- Estrutura Residencial para Idosos (10 idosos)
- Comunidade de Inserção para 40 pessoas em situação de Sem Abrigo

- Centro Comunitário (100 utilizadores) com atividades de Férias para crianças e Jovens, Apoio Social, Gabinete de Psicologia, Apoio em Medicamentos, Banco de Vestuário, Cabaz Alimentar, Gabinete de Apoio ao Emprego, Educação não Formal e Animação Sociocultural
- Intervenção Comunitária com programas como uma Sala de Apoio ao Estudo, Programa "Todo Ouvidos" - Ouvir, Apoiar e Aconselhar Famílias; Programa Envelhecer hoje! - Pessoas com 60 anos ou mais; Grupo Fénix Intervenção junto de pessoas com comportamentos de risco; Passeios, Visitas e Convívios; Oficinas de Renovação/Transformação de roupa, Manualidades, e Vitória Market - Mercado Social Mensal.



São confeccionadas nestas instalações o número seguinte de refeições:

N.º de Clientes		37	65	40	25	10	15	
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-	25	10	-	35
	Almoço	37	-	40	25	10	15	127
	Lanche	37	65	12	25	10	-	149
	Jantar	-	-	40	12	10	15	77
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS		74	65	92	87	50	30	398

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia continua fortemente empenhada em ajudar o CSPNSV a cumprir a sua ação de extrema relevância social, particularmente necessária nos momentos mais difíceis por que passa a população mais desfavorecida, como aquele em que nos encontramos.

1.7 – Novas Ações de Apoio

Tendo presente a gratificante vontade das empresas do setor da distribuição alimentar independente em participar na melhoria das condições de vida das pessoas com carências económicas, e em face do trabalho de divulgação que a Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem feito ao longo dos últimos anos junto destas, foi possível, durante o ano de 2023, aumentar e dinamizar as ações de solidariedade e levar a cabo um conjunto de iniciativas paralelas às já anunciadas nos pontos anteriores deste relatório.

Nesta rubrica daremos destaque a um conjunto de iniciativas realizadas concretamente em Lisboa e no Porto, possíveis apenas pelo generoso contributo de um conjunto de empresas que, respondendo ao apelo da Fundação de Armazenistas de Mercearia, ajudaram a aumentar o apoio concedido a quem mais precisa. Estas empresas têm na sua génese, tal como a Fundação, a solidariedade e o altruísmo como *modus vivendi*.

Desta colaboração, resultaram as seguintes doações feitas pelas empresas e que passamos a descrever:

- Doação de 230 produtos alimentares e seis trolleys, em janeiro de 2023, à **Mercearia Social Valor Humano**.



Mercearia Social Valor Humano, Lisboa

- Em março, foram doados à **Mercearia Social Valor Humano** um total 1086 produtos alimentares para fazer face às pessoas carenciadas que procuram auxílio nesta instituição e 47 caixas de chocolates para distribuição nas cresces e escolas do 1º ciclo da freguesia de Santo António em Lisboa.
- Nos meses de maio e junho, fruto de uma ação de divulgação promovida em parceria com a rede de supermercados "**Aqui é Fresco**", foi possível fazer chegar à **Mercearia Social Valor Humano** mais de 3000 produtos alimentares.



- Por iniciativa da supra mencionada rede de supermercados, no mês de junho, e a propósito da sua convenção anual realizada em Braga, todos os alimentos expostos e os excedentes das refeições servidas no certame foram doados ao **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória**, no Porto, tendo significado o equivalente a 11 dias de refeições para os utentes deste projeto, que abrange a população carenciada da freguesia da Vitória, no centro histórico do Porto.



Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, Porto

• O contributo das empresas de distribuição alimentar que responderam ao apelo da FAM durante o ano de 2023, permitiu a entrega de géneros alimentícios, bebidas, artigos de higiene, conservação e limpeza também no segundo semestre do ano, nomeadamente nos meses de julho, outubro e novembro, tendo sido doados mais de 6500 artigos à **Mercearia Social Valor Humano**, motivo que nos orgulha e nos incentiva a continuar a promover a solidariedade junto do setor da distribuição alimentar independente.

Os generosos contributos referidos só foram possíveis graças à boa vontade de um conjunto alargado de empresas e marcas, a quem a Fundação presta aqui uma singela homenagem, bem hajam!







SILVA CARVALHO
CATERING



sumol+compal

SUNTORY
BEVERAGE & FOOD PORTUGAL



touch
marcas com atitude



AVEDOL
SOLUÇÕES DE ESPAÇOS COMERCIAIS


UniMark



2 - Conservação do património

A preservação do legado da Fundação no âmbito do património habitacional requer uma atenção especial, não só pela responsabilidade da Instituição para com aqueles que dotaram a Fundação dos meios que lhe permitiram dar início à sua atividade, como também continuar a estar junto daqueles que mais precisam através de iniciativas de solidariedade social, oferecendo apoio às famílias e aos indivíduos que, por uma ou outra razão, se encontram em situação de vulnerabilidade.

A FAM tem tido a maior preocupação em, com os recursos disponíveis, manter o seu património habitacional em bom estado de conservação, na medida em que este contribui para a promoção do bem-estar e qualidade de vida de inúmeras famílias de fracos rendimentos que dependem desse apoio para a estruturação da sua vida familiar, através de um precioso bem como o é a habitação familiar.

Neste sentido, a FAM realizou em 2023 diversas obras por forma a garantir a conservação do seu património habitacional, o qual cumpre integralmente a função social no campo da habitação, nomeadamente através de arrendamento económico de mais de centena e meia de habitações a famílias de modestos recursos económicos.

O seu património, constitui um legado que data da década de cinquenta, razão pela qual se torna necessário realizar todos os anos inúmeras obras de conservação, umas de maior envergadura, como por exemplo a recuperação integral dos apartamentos que vagam e outras de natureza pontual, como reparações de canalizações, desentupimentos de fossas, entre outras.

Entre as obras realizadas em 2023, destacam-se a substituição integral de seis colunas montante de abastecimento de água em idêntico número de edifícios e a substituição integral de uma coluna de eletricidade num edifício. Para além destas obras, procedeu-se à reparação de três telhados. Estas intervenções revelaram-se absolutamente urgentes, na medida em que as colunas montantes de água encontravam-se em muito mau estado de conservação, por serem ainda as colunas originais dos prédios em questão e as quais, em muitos casos, já não tinham reparação possível, obrigando antes a Fundação a suportar diversas despesas recorrentes relativas às intervenções urgentes de reparação de roturas nas respetivas colunas.

Em 2023, a Fundação procedeu à recuperação de duas habitações, uma em Lisboa e outra no Porto. Manteve-se igualmente a limpeza geral dos logradouros dos prédios de Lisboa, a par de inúmeras outras obras que ao longo do ano foram sendo executadas e absolutamente necessárias. De seguida apresentamos um breve registo fotográfico das referidas intervenções.

Obras de recuperação do apartamento da Rua Coronel Marques Leitão em Lisboa, atribuído mediante concurso público

- › Substituição da canalização de água em todo o andar
- › Substituição da instalação elétrica
- › Substituição da canalização de gás
- › Pinturas

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Obras de recuperação do apartamento da Rua Dr. Aarão de Lacerda, no Porto, atribuído mediante concurso público

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Intervenção de limpeza dos logradouros dos prédios do Largo Ribeiro Cristino, Rua Coronel Marques Leitão e Rua Marquesa de Alorna, em Lisboa

Antes dos trabalhos de limpeza



Depois dos trabalhos de limpeza



Substituição das colunas montantes de água nos prédios da Av. Rio de Janeiro, n.º 34; R. Coronel Marques Leitão, n.ºs 1, 3, 5 e 7 e Lg. Ribeiro Cristino, n.º 1, em Lisboa



Coluna montante de água, Av. Rio de Janeiro, 34



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 1



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 1



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 3



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 3



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 5



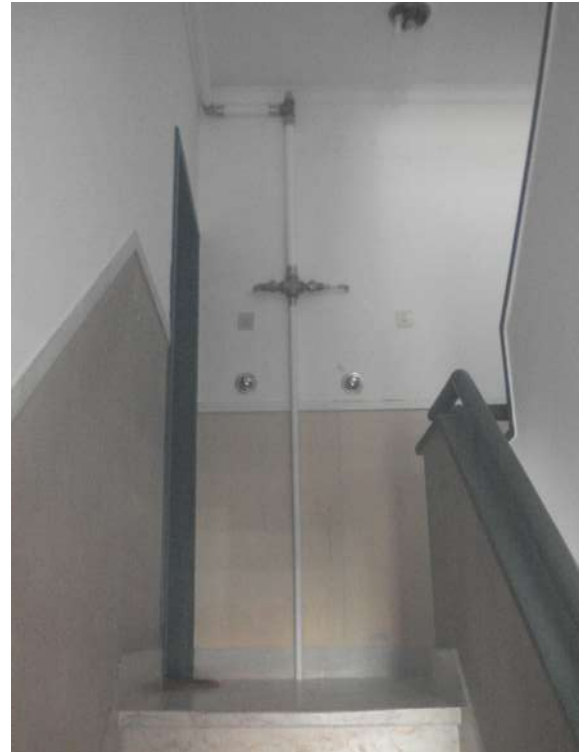
Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 5



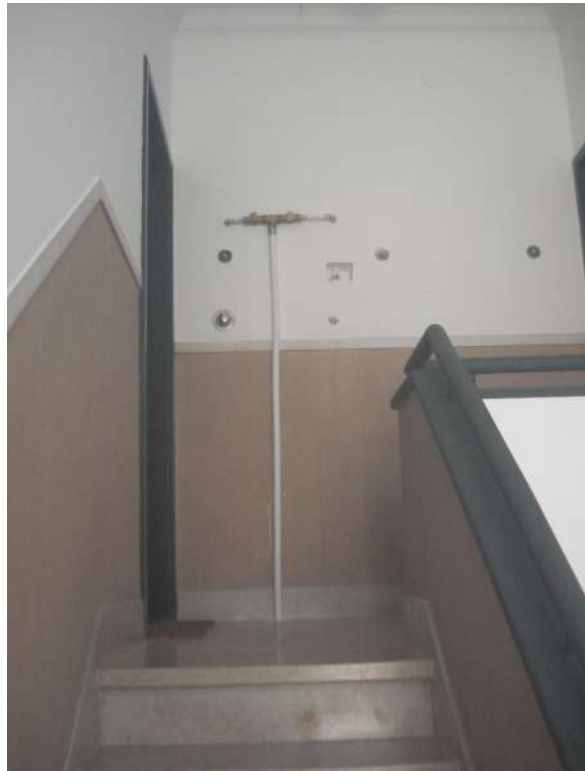
Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 7



Coluna montante de água, R. Cor. Marques Leitão, 7



Coluna montante de água, Lg. Ribeiro Cristino, 1



Coluna montante de água, Lg. Ribeiro Cristino, 1

Obras de substituição total da coluna montante de eletricidade do prédio da R. Coronel Marques Leitão n.º 5, em Lisboa



Coluna montante de eletricidade

As obras de conservação e reparação realizadas ao longo do ano assumiram um gasto global de cerca de cento e vinte e cinco mil euros (€ 125.054,10), tendo sido, como habitualmente, realizadas com todo o rigor e respeito pelos escassos recursos da Fundação.

Nunca é de mais salientar o esforço financeiro que representa para a Fundação a recuperação integral de cada habitação, despesa que na maioria dos casos irá representar o equivalente a uma média de cinco anos da futura renda que vier a ser praticada nessa habitação. Tal encargo irá seguramente ser agravado tendo em conta as perspetivas inflacionistas que se avizinham.

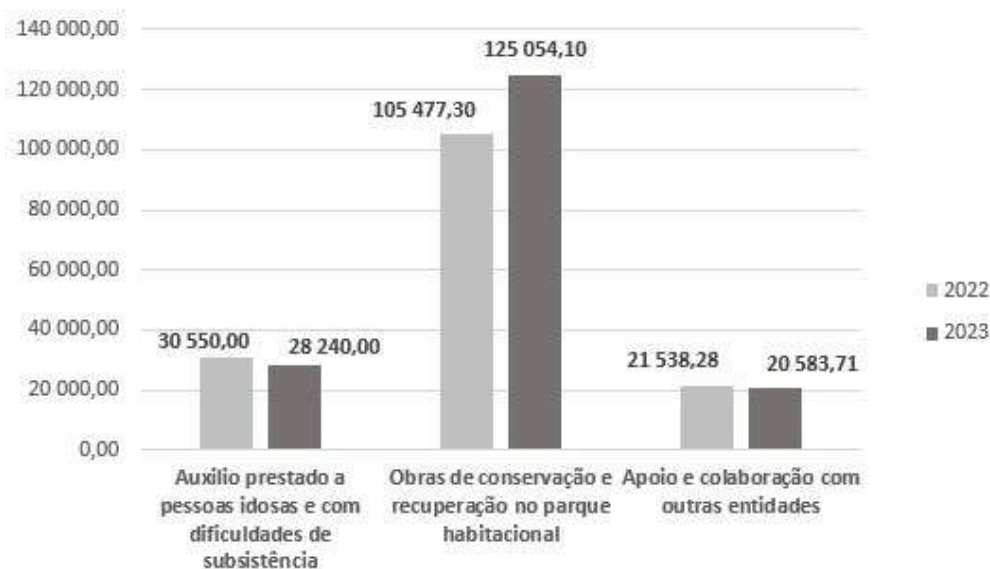
3 - Contas do Exercício

3.1 – Resultado líquido do exercício comparativo 2022/2023

Em 2023, a Fundação teve um resultado líquido do exercício positivo de **quarenta e um mil e quarenta e seis euros e oito cêntimos** conforme consta das respetivas demonstrações financeiras.

Comparativamente, em 2022 o resultado foi de **trinta e dois mil, duzentos e setenta e seis euros e três cêntimos**.

3.2 - Aplicação de recursos pelas principais áreas de intervenção comparativo 2022/2023



3.3 - Demonstrações financeiras

Apresentamos, de seguida, o documento Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2023, elaborado pela Cerb, Contabilidade e Gestão, S.A., onde se poderá verificar a apresentação de contas da Fundação.

Fundação dos Armazenistas de Mercearia
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2023

Índice

Índice	1
Balanço em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	2
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	4
Anexo	5
1. Identificação da Entidade	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de Apresentação	5
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	11
5. Ativos Fixos Tangíveis	11
6. Estado e Outros Entes Públicos	12
7. Créditos a receber	12
8. Diferimentos	13
9. Caixa e Depósitos Bancários	13
10. Fundos Patrimoniais	13
11. Fornecedores	14
12. Outros passivos correntes	14
13. Subsídios à exploração	14
14. Fornecimentos e serviços externos	14
15. Outros rendimentos	15
16. Outros gastos	15
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
18. Acontecimentos após data de Balanço	15

Balço em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	2 298,46	2 298,46
		2 298,46	2 298,46
Ativo corrente:			
Créditos a receber	7	15 175,29	12 560,77
Estado e outros entes públicos	6	2 191,90	7 751,70
Diferimentos	8	7 808,82	7 808,82
Caixa e depósitos bancários	9	298 683,34	259 348,77
		323 859,35	287 470,06
Total do Ativo		326 157,81	289 768,52
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	10	25 540,90	25 540,90
Resultados transitados	10	247 184,30	214 908,27
Resultado líquido do período	10	41 046,08	32 276,03
Total dos Fundos Patrimoniais		313 771,28	272 725,20
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	-	6 411,79
Estado e outros entes públicos	6	475,00	880,00
Outros passivos correntes	12	11 911,53	9 751,53
Total do Passivo		12 386,53	17 043,32
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		326 157,81	289 768,52

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento enviado para o email s****a@grupovour.pt.
Confirmação do OTP enviado para o telemóvel ******840.

digitalsign

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Fundação dos Armazenistas de Mercearia DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração	13	266,20	187,22
Fornecimentos e serviços externos	14	(38 874,75)	(32 522,27)
Outros rendimentos	15	236 726,67	220 466,92
Outros gastos	16	(157 072,04)	(155 855,84)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		41 046,08	32 276,03
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		41 046,08	32 276,03
Resultado antes de impostos (EBT)		41 046,08	32 276,03
Resultado líquido do período		41 046,08	32 276,03

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento enviado para o email s****a@grupoyour.pt.
Confirmação do OTP enviado para o telemóvel ****+****+840.

digitalsign

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		235 426,05	218 451,53
Pagamentos a fornecedores		(177 357,79)	(141 735,61)
Caixa gerada pelas operações		58 068,26	76 715,92
Outros recebimentos/pagamentos		(18 733,69)	(46 359,23)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		39 334,57	30 356,69
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	25,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	75,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		39 334,57	30 431,69
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		259 348,77	228 967,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	298 683,34	259 398,77

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento enviado para o email s****e@grupoyour.pt.
Confirmação do OTP enviado para o telemóvel ****840.

digitalsign

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, com sede na Av. da liberdade, nº166-2, 1250-146 Lisboa, é uma fundação de solidariedade social que foi criada pelo extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia em 16 de Março de 1959. Tem por objeto a solidariedade social relativamente à população em geral e em particular, a pessoas ligadas à distribuição de produtos alimentares e à Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA), entidade que sucedeu ao extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, artigo 1º, nº2, de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 13 e 16) e “Diferimentos” (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Fundação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Fundação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são registados quando são recebidas.

As quotas são registadas em ativo independentemente da data do seu recebimento (nota 10).

Clientes, utentes e outras contas a receber

Os “*Clientes e utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.5. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante aplicado e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.6. Provisões

Periodicamente a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “(...)
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) “(...)”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Fundação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2017 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2022, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo:

	31/12/2023				Saldo em 31-12-2023
	Saldo em 01-01-2023	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

	31/12/2022				Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 01-01-2022	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 191,90	7 751,70
Total	2 191,90	7 751,70
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	475,00	880,00
Total	475,00	880,00

7. Créditos a receber

A rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos a receber		-
Clientes	15 175,29	12 485,77
Outros devedores	-	75,00
Total	15 175,29	12 560,77

O saldo de clientes é constituído por créditos a receber de inquilinos de rendas sociais.

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 808,82	7 808,82
Total	7 808,82	7 808,82

9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	250,00	250,00
Depósitos à ordem	128 433,34	89 098,77
Depósitos a prazo	170 000,00	170 000,00
Total	298 683,34	259 348,77

10. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31 de Dezembro de 2023			Saldo em 31-12-2023
	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Diminuições	
Fundos	25.540,90	-	-	25.540,90
Resultados transitados	214.908,27	32.276,03	-	247.184,30
Resultado do exercício	32.276,03	41.046,08	(32.276,03)	41.046,08
Total	272.725,20	73.322,11	(32.276,03)	313.771,28

11. Fornecedores

A rubrica "Fornecedores" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores c/c	-	-	-	6 411,79
Total	-	-	-	6 411,79

A 31 de Dezembro de 2022 encontrava-se em aberto as faturas dos fornecedores Velton Santos (5.793,30 euros), EDP (25 euros) e HENISA-Com. Prods. Alims., Ld.ª (592,59 euros). As mesmas foram liquidadas em Janeiro de 2023.

12. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	26,28	26,28
Outros credores	11 885,25	9 725,25
Total	11 911,53	9 751,53

13. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Subsídio à exploração" tinha o valor de 266.20€ e é constituído por Doações de privados.

14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Trabalhos especializados	4 294,92	3 485,87
Publicidade e propaganda	232,47	535,49
Honorários	24 333,00	19 218,00
Serviços bancários	418,8	488,3
Materiais	257,95	1,50
Energia e fluidos	1 075,66	793,76
Deslocações, estadas e transportes	217,80	37,55
Comunicação	235,33	152,98
Seguros	7 808,82	7 808,82
Total	38 874,75	32 522,27

15. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendas Sociais	236 695,22	219 641,19
Outros rendimentos	31,45	725,73
Juros e rendimentos similares obtidos	-	100,00
Total	236 726,67	220 466,92

O montante em "rendas sociais" refere-se às rendas praticadas pela fundação no âmbito do seu objeto social "rendimento económico".

16. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Taxas	35,42	35,42
Dívidas incobráveis	121,54	-
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas exercícios anteriores	75,00	-
Donativos	48 321,84	52 191,52
Quotizações	110,00	110,00
Conser. Rep. Imóveis	108 408,24	103 518,90
Total	157 072,04	155 855,84

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

18. Acontecimentos após data de Balanço

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em março de 2024.

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento enviado para o email s****@grupoyour.pt.
Confirmação do OTP enviado para o telemóvel ****840.

digitalsign

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação dos Armazenistas de Mercearia, em cumprimento dos seus deveres estatutários acompanhou ao longo do ano de dois mil e vinte e três o desenvolvimento da ação do Conselho Executivo que lhe merece a sua total aprovação e na sequência do qual emitiu o seguinte parecer:

- O Relatório de Gestão de dois mil e vinte e três apresentado merece total aprovação;
- As Contas do Exercício de dois mil e vinte e três que lhe foram apresentadas, merecem igualmente total aprovação.

O Conselho Fiscal entende ainda, ser seu dever manifestar uma palavra de reconhecimento e apreço pelo empenho, zelo e rigor com que os membros do Conselho Executivo vêm gerindo a Fundação dos Armazenistas de Mercearia, permitindo, dessa forma, que esta prosiga o desenvolvimento da sua muito meritória ação no campo da solidariedade social.

Lisboa, Março de 2024

4 - Reuniões dos Corpos Gerentes

No decorrer do ano de 2023, os Órgãos Sociais da FAM reuniram-se dentro da normalidade, realizando-se para o efeito diversas reuniões do Conselho de Administração; Conselho Executivo e Conselho Fiscal.

Estas reuniões foram realizadas no espírito habitual da maior colaboração, proporcionando desta forma um acompanhamento pleno e rigoroso de todos os assuntos tratados no âmbito do desenvolvimento da atividade.

Por último, fazemos questão de sublinhar que os **membros pertencentes aos Órgãos Sociais da FAM - Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal - não auferem qualquer tipo de remuneração (de natureza pecuniária ou qualquer outra) da FAM**, e que a FAM também não recebe qualquer subsídio do Estado para desenvolver a sua ação.

5 – Nota Final

O Conselho de Administração da FAM manifesta uma palavra de agradecimento e apreço pelo apoio que, no decorrer do ano de 2023, recebeu da Direção da ADIPA e do Conselho Coordenador, que considera terem sido fundamentais para o êxito da ação desenvolvida durante o ano.

Lisboa, Março de 2024

